

O Exercício da Sexualidade na Adolescência. 1

II. Educação Sexual*

Nelson Vitiello¹
Isméri Seixas Cheque Conceição²

Fazem-se necessárias algumas considerações, para que possamos analisar adequadamente o assunto. Em primeiro lugar, deve ficar claro que não existe “educação sexual” como conceito restrito.

O processo educativo deve ser abrangente a global, sendo mera figura de retórica falar em educação para um tópico isolado, tendo em vista o próprio conceito de educação. Educação não é apenas o ensino de umas tantas regras sobre o que é aceitável ou não; educação não é a produção em série de pessoas iguais ao educador; educação tampouco é meramente o fornecimento de informações ao educando.

Educar, num sentido amplo a humanístico, é fornecer subsídios, apoio a condições para que ocorra um crescimento, um desenvolvimento da pessoa humana, de dentro para fora, numa formação de hábitos e de atitudes que levem o ser humano a adquirir a solidificar seus próprios valores, embasado, acima de tudo, em princípios éticos. É claro que “educação”, dentro de um conceito assim amplo, não pode ser setorizada em simples chavões isolados, como “educação sexual”, “educação alimentar”, etc. O processo educativo só pode e deve ser visto como algo abrangente a multifatorial. Dentro

* Trabalho realizado no Programa de Assistência Médica e Psicossocial à Adolescência (PAMPA).

1. Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência à Adolescência.

2. Coordenadora do Programa de Assistência Médica e Psicossocial à Adolescência.

Recebido em 06.06.90

Aprovado em 25.06.90

desse processo assim amplo insere-se a educação sexual como parte de um todo, a não como um tópico isolado.

Em segundo lugar, como corolário do conceito explicitado, deduz-se facilmente que a família deve ser encarregada do corpo principal da educação, visto ser ela, em nossa cultura, a estrutura social que participa da formação do indivíduo desde seu nascimento. Outras estruturas, como, por exemplo, a escola, não podem ser alijadas do processo educativo; deve ficar claro, entretanto, que a família é a principal executora da educação, a ser complementada posteriormente.

A família, entretanto, não está preparada para ministrar uma educação coerente, em especial no que diz respeito ao exercício da sexualidade. Seus membros adultos trazem toda uma carga de desinformação, preconceitos e inibições, adquiridos em sua própria formação. Sabemos que a imensa maioria dos adultos, na atualidade, encontra dificuldades em lidar até mesmo com sua própria sexualidade, quanto mais com a de seus filhos. Estudos realizados em nosso meio apontam para cifras de perto de 60% para a freqüência de disfunções sexuais femininas e de 35% para as masculinas.

Apesar disso, querendo ou não, é claro que a família, mesmo pela abstenção da discussão do tema, faz "educação sexual". Não é a educação ideal, pois os conceitos passados são negativos e carregados de preconceitos. Esses ensinamentos, aliás, são muito mais freqüentemente passados pelas atitudes (ensino não formal) do que pelas palavras.

Como a família sente desconforto em lidar abertamente com o tema, a educação sexual é "empurrada" para a escola. Ocorre, entretanto, que os educadores são adultos que têm tanta dificuldade em lidar com o tema quanto os pais e demais familiares. A sexualidade é versada então em seu aspecto orgânico, transformando-se em aulas de biologia da reprodução o que deveria ser educação sexual.

Finalmente, antes de formular algumas propostas de roteiros e princípios de educação sexual, gostaríamos de lembrar as principais dificuldades dos adultos em lidar com o tema.

A primeira dessas dificuldades é a falta de parâmetros. A atual geração de adultos não recebeu, nem formal nem informalmente, qualquer orientação para bem educar-se, quanto mais para educar seus filhos.

Além das características condições sociais da atualidade, analisadas na primeira parte deste trabalho (*R.B.S.H.*, vol. 1, nº 2), não podemos esquecer que vivemos uma época caracterizada por grandes mudanças ideológicas em relação à sexualidade. O papel da mulher tem sofrido grandes modificações, ao menos em teoria. Uma

postura mais ativa de grande parte das mulheres vem exigindo uma série de transformações, adaptações e ajustes nas práticas machistas. Faz-se necessário uma reformulação dos papéis sexuais, não só no discurso, mas também nas atitudes; reformulação esta que a maioria dos adultos tem-se mostrado incapaz de fazer. O namoro, o casamento e as relações sexuais extra-conjugais sofreram modificações conceituais e práticas para as quais muitos dos adultos não estão preparados. Acrescente-se ainda, a essas mudanças ideológicas, a realidade de serem hoje disponíveis técnicas anticoncepcionais de alta eficácia e baixo índice de efeitos colaterais graves. Esse fato, livrando ao menos em teoria as mulheres do ônus de uma gestação indesejada, evidentemente é significativo na gênese do comportamento sexual de adultos e adolescentes.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA

É evidente que cada família possui sua psico a sociodinâmica própria, o que torna impossível traçar normas válidas para todas. Respeitando-se essa individualidade, entretanto, pode-se considerar alguns princípios gerais. Note-se que os pontos explicitados são aqueles que, julgamos, deveriam ser observados.

A Sexualidade como Fator Positivo

A sexualidade, ao contrário do que ainda é a tônica em muitas famílias, deve ser compreendida e passada como um valor positivo, como um bem a ser exercido e desfrutado. Frequentemente, na intenção de proteger crianças e adolescentes de possíveis consequências danosas do exercício da sexualidade, as famílias apresentam-na como algo feio, sujo a pecaminoso, realçando seus riscos. Em vez de uma atitude educadora, que oriente os jovens para o exercício de uma sexualidade sadia, essas famílias tentam cercar os impulsos sexuais através de ameaças e de repressões mal disfarçadas. É comum que mães, elas mesmo frustradas em sua própria sexualidade, advirtam suas filhas para eventuais riscos - reais ou imaginários - ao invés de passar a noção de que sexo é muito bom, é algo que pode ser muito positivo na intensificação de um relacionamento entre pessoas que sentem mútuo afeto. Os pais, por outro lado, passam a imagem de esperar de seus filhos o comportamento tipo "macho predador", esquecendo-se de que os filhos de seu vizinho,

quando apresentarem esse comportamento, terá como parceira a sua própria filha.

Experiência não se Transmite

O segundo ponto a ser levado em consideração, não apenas no que tange à educação sexual, mas sim como um princípio geral do relacionamento entre pais e filhos, é que a experiência adquirida durante toda a vida dos adultos, às vezes com muito sofrimento, não é transmissível integralmente aos filhos. Todo pai gostaria que seus filhos não precisassem passar pelas experiências - algumas amargas - que ele próprio passou; isto entretanto não acontece. Pode-se advertir, pode-se aconselhar, mas os jovens irão fatalmente cometer seus próprios erros na aquisição de experiência de vida. Aliás, os pais normalmente não relatam suas experiências frustrantes, gostando apenas de gabar-se de seus êxitos.

Quando se Deve Começar a Falar sobre Sexo?

Desde os primeiros dias de vida os pais podem facilitar a formação de atitudes positivas quanto à sexualidade, conduzindo-se no trato com a criança de maneira descontraída e estimulando os contatos físicos, pele a pele, que são a primeira manifestação da sensualidade.

Como norma geral, aceita-se que os pais devem tratar, com seus filhos, de assuntos ligados à sexualidade quando surgir interesse, qualquer que seja a idade do educando. É fundamental que se respeite a individualidade de cada ser humano e que se aceite ser pessoal o ritmo de cada um. Tentar forçar o surgimento de perguntas pode ser contraproducente, além de antipedagógico. É claro que observações colocadas com tato e sensibilidade podem estimular a curiosidade de crianças e jovens mas, como regra genérica, é preferível que esse interesse surja espontaneamente. Habitualmente, as perguntas explícitas começam a surgir precocemente; se não forem reprimidas, tendem a ir-se aprofundando.

Canal de Comunicação Aberto

Fica claro que entre pais e filhos deve existir, idealmente, um canal de comunicação aberto em ambos os sentidos, durante

todo o tempo. É claro também que se a criança ou o jovem é reprimido em outros aspectos da vida, esse canal de comunicações se fecha. Em outras palavras, se os pais forem repressores quanto ao relacionamento em geral, obviamente não serão liberais nos aspectos sexuais da educação. Se o jovem se sente à vontade para fazer perguntas ou para relatar experiências em qualquer área, naturalmente também buscará com os pais informações sobre sexualidade.

Preconceitos

Em diferentes graus e sob diferentes formas todos nós trazemos, em nossa bagagem cultural, uma série de tabus e de preconceitos. Podemos, se nos esforçarmos nesse sentido, identificá-los e combatê-los, examinando-os à luz da razão e da lógica; negá-los, porém, é fugir da realidade.

Qualquer preconceito pode perturbar o processo educacional, mas preconceitos machistas, em especial, têm expressiva atuação no tocante à educação sexual. Um exame racional de nossas atitudes e idéias sobre papéis sexuais, homossexualidade e relações pré-conjugais, entre outros itens, pode melhorar a qualidade da orientação sexual, além de ajudar na busca do autoconhecimento e na melhora das condições de exercício de nossa sexualidade.

Um Relacionamento Franco e Honesto

É muito freqüente que pais, frente a situações que os atinge em seus preconceitos, apresentem um discurso liberal que contrasta fortemente com atitudes repressoras. Dizer, por exemplo, que não tem preconceitos contra homossexuais, mas tentar ridicularizá-los com atitudes e palavras, passa ao educando uma dupla mensagem confusa, que pode perturbar a formação de suas atitudes. Os pais jamais devem negar que se sentem embaraçados frente a certos temas, quando esse embaraço existe. É preferível que essa confissão seja feita, acompanhada de explicações, pois os jovens percebem nitidamente quando o adulto não se sente à vontade. Não devem os pais, tampouco, envergonhar-se de não saberem responder a certas perguntas. É sempre preferível um “não sei! Vamos procurar na enciclopédia?” do que uma tentativa de resposta enganadora que, mais cedo ou mais tarde, será desmascarada.

Respeito

O respeito que deve permear todas as relações humanas, mesmo aquelas entre adultos e crianças, é de fundamental importância quando se trata de educação sexual. Respeito à individualidade, à autodescoberta, às opiniões e ao direito de auto-afirmar-se são imprescindíveis. Os pais devem conscientizar-se de que seus filhos são pessoas humanas e absolutamente não lhes pertencem. Ninguém, nem mesmo pais e mães, tem o direito de posse sobre outros seres humanos.

Limites

Até onde se pode permitir aos filhos chegar, em termos de sexualidade? Evidentemente, todo processo educativo deve ter limites que, adequadamente estabelecidos, são uma salvaguarda para os seres em formação. Ninguém defenderia, por exemplo, uma educação tão liberal em que os pais permitissem aos filhos saltarem do alto de um prédio, para experimentar a sensação de perigo. Limites são necessários e benéficos, desde que não sejam tão restritos que sufocuem o emergir da maturidade nos jovens. Somos de opinião que os limites, em educação sexual, devem ser colocados de maneira a proteger o educando da possibilidade de provocar danos a si próprio ou a outrem.

Nesse sentido, é cabível a discussão sobre a possibilidade de censura, a ser exercida pela família, sobre leituras, vídeos e experiências diversas. Existem, a respeito da censura, as opiniões mais extremadas, desde a censura quase total sobre informações ligadas à sexualidade até aqueles defensores da completa liberalização de informação, incluindo material pornográfico. Parece-nos que aqui pode ser aplicada a máxima latina in *medio virtus*.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Dentro do seu papel de entidade social educadora, a Escola como instituição assume importante papel na educação sexual, até como supletora da função educadora da família que, como vimos, frequentemente deixa a desejar a esse respeito.

A Escola, entretanto, embora reconheça a necessidade de assumir esse papel, usualmente não está preparada para exercê-lo, pois os professores, além de pertencerem à mesma geração que os pais -

padecendo portanto das mesmas deficiências em sua formação - não são suficientemente motivados e não têm acesso aos conhecimentos necessários para bem desempenhar a função de educadores sexuais. A responsabilidade da Escola, além disso, acaba por se estender não só à educação sexual dos jovens, mas até à de suas respectivas famílias, para que tais princípios educativos alcancem os fins almejados. Como então preparar a Escola para objetivos assim tão amplos?

A partir de nossa experiência, adquirida na orientação de Programas de educação sexual em escolas públicas e da rede privada, que vimos praticando a alguns anos, formulamos alguns preceitos gerais. Não nos julgamos donos absolutos da verdade, nem achamos que os Programas por nós orientados são formas acabadas de perfeição; temos observado, entretanto, que, após várias tentativas diferentes de abordagem do problema, a formulação atual desses Programas vem obtendo inegável sucesso, não apenas em nossa apreciação, mas também na opinião de professores, pais e, principalmente, na dos jovens.

Requisitos Básicos para Preparação das Escolas

Antes de mais nada, é necessário que a Escola, como Instituição, e seus funcionários, como pessoas, sejam sensibilizados para a necessidade da educação sexual. Infelizmente, na maioria das vezes, essa sensibilização só acontece depois da ocorrência de situações desagradáveis, incômodas ou até trágicas. Quase sempre a escola passa a reconhecer a necessidade de um Programa após incidentes ligados ao exercício da sexualidade por seus alunos, tais como, atos explícitos nas dependências da escola, moléstias sexualmente transmissíveis, gestações indesejadas, etc. Torna-se relevante frisar que, embora importante, a sensibilização da Diretoria da escola não é suficiente para criar e manter um Programa. É necessário que a Instituição como um todo, desde o Diretor até o porteiro, esteja interessada.

Os conhecimentos de todos (e não só daqueles professores diretamente envolvidos no Programa) sobre a sexualidade devem ser ampliados. As informações, passadas por especialistas, devem motivar oportunidades de reflexão sobre a própria sexualidade dos membros da escola, enquanto pessoas, de maneira a levá-los a um aperfeiçoamento como indivíduos.

Mesmo conhecendo suas limitações, a escola deve, para obter êxito num programa desse tipo, propor-se a um relacionamento livre e respeitador com os educandos, compreendendo a educação como

um aprendizado para a conquista da liberdade, a não para o cumprimento de deveres. Assim, informalmente, todos os funcionários da escola devem participar do Programa de educação sexual.

Quem, dentre os componentes do corpo docente, deve ser diretamente encarregado da educação sexual? Habitualmente se “elege” - leia-se “obriga” - o professor de biologia para esse mister. Embora seja a biologia a matéria que mais afinidade possa ter com o tema, essa escolha não deve ser automática. Ocorre, às vezes, que, por características pessoais de personalidade, haja maior afinidade dos jovens, nesse tema, com professores de outras matérias. Tendo a sexualidade importante componente psicológico e social, além do biológico, não há razão válida para que o encarregado do Programa não possa ser o professor de educação física, de matemática, de história ou qualquer outro. A seleção deste professor deve se basear muito mais em interesse pessoal e em facilidade de relacionamento com os jovens do que na matéria ministrada usualmente.

Uma vez selecionado esse profissional, deve ele receber informações abrangentes e atuais dos aspectos biopsicossociais da sexualidade, habitualmente ministrados sob a forma de um Curso onde, além dos conhecimentos formais, se possibilite uma análise crítica de sua própria sexualidade, de seus valores e de sua atuação. Note-se que esses professores, por mais bem preparados que estejam, necessitam ser constantemente motivados e apoiados, em programas de reciclagem periódica que permita a eles o esclarecimento de dúvidas e a discussão dos aspectos polêmicos.

Dentro de um Programa abrangente desse tipo faz-se ainda necessário que se promovam, periodicamente, reuniões com professores, diretores e funcionários da escola, para discussão do andamento do Programa. Eventualmente, como elemento motivador, devem ser propiciadas palestras proferidas por profissionais qualificados, para reforço dos conhecimentos mais importantes.

Constituição do Programa de Educação Sexual

Com conteúdo adequado para cada estágio do desenvolvimento, o Programa deve, idealmente, atingir o educando em todos os graus, com concentração temática e de carga horária nas fases iniciais da adolescência. A programação específica dos temas deve enfatizar não apenas os aspectos biológicos da sexualidade, mas também aqueles ligados ao social e ao psicológico.

É fundamental que a quantidade de informação passada ao educando em aulas formais seja mínima; a maioria dos temas torna-se

mais interessante e o aprendizado mais proveitoso quando os assuntos são discutidos pelo grupo, devendo restringir-se o papel do professor ao de coordenador, ocasionalmente esclarecendo dúvidas. Sendo o exercício da sexualidade um comportamento, é fundamental que seja discutido em grupo, e não imposto pela autoridade de um professor.

O ideal é que o Programa se desenvolva em horários livres, com frequência não obrigatória, em grupos aproximadamente homogêneos quanto ao desenvolvimento psicossocial. A frequência dessas reuniões pode ser semanal, com a mesma duração de uma aula comum, isto é, cerca, de 50 minutos.

Objetivos de um Programa de Educação Sexual

Basicamente buscando levar ao desenvolvimento harmônico e satisfatório da sexualidade, um programa desse tipo deve atingir não só os educandos, mas também suas famílias.

Dos objetivos a serem alcançados junto às famílias, é fundamental sensibilizá-las para a necessidade da educação sexual. Para tanto, os Programas, que não fazem parte do currículo formal das escolas, devem depender da autorização dos familiares para a frequência dos educandos. Desde que se apresente aos pais os objetivos e o conteúdo dos Programas, e que se dê também a eles a oportunidade de aprender, não existem habitualmente resistências. Na imensa maioria das vezes os pais autorizam - até com certo alívio - a educação sexual de seus filhos. Além dessa autorização inicial, entretanto, é importante que os pais sejam constantemente motivados e instruídos através de reuniões periódicas.

Quanto aos educandos, além de informações sobre anatomia e fisiologia da sexualidade e assuntos correlatos (menstruação, gestação, doenças sexualmente transmissíveis, etc.), o Programa deve questionar as emoções e as atitudes frente à sexualidade. Devem ser trabalhados preconceitos - machismo, por exemplo - e noções de "feio" e "sujo" frequentemente associadas. É necessário que seja incentivado o respeito pelo próprio corpo, bem como pelo corpo dos outros. Em última análise, pretende-se que os educandos adquiram conhecimentos que lhes permitam escolher e desenvolver as atitudes e os comportamentos que representem o melhor, em relação à sua sexualidade.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. ARIES, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
2. CAVALCANTI, R. C. & VITIELLO, N. *Sexologia I*. São Paulo, Roca, 1987.
3. CAVALCANTI, R. C. e cols. *Saúde Sexual e Reprodutiva-Ensinando a Ensinar*, Brasília, edição dos autores, 1990.
4. CONSTANTINE, L. L. & MARTINSON, F. M. *Sexualidade Infantil*. São Paulo, Roca, 1984.
5. COSTA, M. *Sexualidade na Adolescência*. Porto Alegre, L & PM, 1986.
6. LIMA, H. M. M. *Educação Sexual para Adolescentes*. São Paulo, Iglu, 1988.
7. RIBEIRO, M. *Mamãe, Como Eu Nasci?* 52ª ed., Rio de Janeiro, Salamandra, 1990.
8. _____. *Menino Brinca de Boneca?* Rio de Janeiro, Salamandra, 1990.
9. VITIELLO, N. *Sexologia II*. São Paulo, Roca, 1988.
10. VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I. S. C.; CANELLA, P. R. B.; CAVALCANTI, R. C. *Adolescência Hoje*. São Paulo, Roca, 1988.